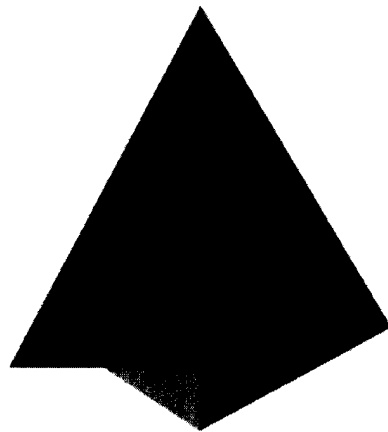




**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE LAVRAS – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CHRISTIANNE DE OLIVEIRA LANSKY**



TRT MG

**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989

Data da instalação: 15-12-1989

Data de implantação do PJe: 4-2-2015

Jurisdição: Lavras, Bom Sucesso, Cana Verde, Carrancas, Ibituruna, Ijaci, Ingai, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santo Antônio do Amparo.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 9-10-2018, p. 4/6.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

ATA DE CORREIÇÃO

Às 9h30min do dia vinte e sete de novembro de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Lavras, situada na Rua Rui Barbosa, nº 448, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Camila César Correa**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Geraldo Martins Diniz; pelos servidores Adelson Coelho, Elaine Gualberto, Eunice Leite Castanheira, Flávia Bernardino Cardoso, Flávia Teixeira Garcia Magalhães, Heloísa Castanheira Guimarães, Joana D'Arc do Carmo Eurico Moraes Penido, Maria aparecida Fonseca Castro Cardoso, Marília do Carmo Muffato, Maurício Mansur Júnior, Ricardo Albino, Ricardo Saraiva Nogueira e Zilda Maria Martins Reis Guimarães; pelos estagiários Adriane de Paula Fonseca e João Gabriel de Souza Olímpio. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Christianne de Oliveira Lansky**, em razão de férias regulamentares. Ausentes os servidores Marcos Maia Rodrigues e Maria Luíza Ribeiro, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.211 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 25-11-2018, apurando-se a média de 5,93 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 140 cartas precatórias até o dia 25-11-2018, das quais 120 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 48 cartas precatórias até o dia 25-11-2018, das quais 34 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 394 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 284 processos foram remetidos no presente ano, até o dia 25-11-2018.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 48 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 1 autos de processo físico com carga, vencida e cobrada.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 34, processos com perícia designada.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 11 mandados expedidos em processos físicos e 1.128 expedidos no PJe no ano em curso, não há pendentes de cumprimento em processos físicos e 25 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 4 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 4 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada. Dos processos examinados, verificou-se que 2 aguardam decisão do STF e 2 aguardam decisão de outra ação.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 25-11--2018, existem 34 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 25-11-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	51
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	110
Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	3
Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	770
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	8
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	282

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 540 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 349 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 191 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 0 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 25-11-2018.

No ano de 2017, até dia 24-11, havia 699 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 564 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 134 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 1 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 25-11-2018, existem 30 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Na pauta do dia 27-11-2018 havia 20 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 4 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 3 processos;
- c) **instrução**: 3 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução**: 7 processos;
- e) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento**: 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0011920/17, 0011179/18, 0011017/18, 0011164/18, 0011064/18, 0010027/18, 0011103/18, 0011231/18, 0011230/18 e 0011276/18.

RESULTADO – os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia 14 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0011255/18, 0011207/18, 0011205/18, 0011152/18, 0011078/18, 0011073/18, 0010973/18, 0011067/18, 0011281/18, 0011052/18, 0010009/17, 0011902/16, 0011579/17, 0010265/16, 0010269/18, 0010912/17, 0011213/18, 0010738/18, 0011069/18, 0011199/18, 0011181/18, 0011133/18, 0011106/18, 0011080/18, 0011156/18, 0011122/18, 0011734/16, 0011161/18, 0010690/18, 0011141/18, 0010741/18, 0011854/17, 0011855/17, 0010454/18, 0011150/18, 0011046/18, 0011010/18, 0011047/18, 0011142/18, 0010835/18, 0010906/18, 0010321/18, 0010215/18, 0011564/17, 0011090/17, 0011722/17, 0010817/18, 0011790/15, 0011541/17, 0010216/18, 0010310/18, 0010182/17, 0010191/17, 0011466/11, 0011175/18, 0011177/18, 0011183/18, 0010969/18, 0010875/18, 0011135/18, 0011100/18, 0010746/18, 0011041/18, 0011125/18, 0010049/18, 0010625/18, 0011121/18, 0011169/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	24	24	23
Procedimento Ordinário	31	40	23
Instrução processo físico	-	1.079	1840
Instrução processo eletrônico	367	101	99

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	16	14	05/12/2018 – 7 dias úteis
Procedimento Ordinário	31	15	11/12/2018 – 11 dias úteis
Instrução	163	78	13/02/2019 – 34 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 25-11-2018)

a) Conhecimento:

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	694	23,03
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	433	23,71
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	819	37,71
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimen-	1	1.840



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

to sumaríssimo (item 268)		
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	709	171,91
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	807	41,35
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	725	198,72

b) Fase de Liquidação (de 1º-1-2018 até 25-11-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 90359)	130	38,2
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	17	1230,64
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	155	97,465

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 25-11-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	79	2232,69
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	153	906,9
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	29	2961,72
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira,



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedente	18	0,08
Julgados procedente em parte	392	1,78
Julgados improcedentes	117	0,532
Extintos com resolução de mérito	3	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total de Sentenças de conhecimento	530	2,40
Extintos sem resolução de mérito	53	0,24
Arquivamento	185	0,84
Desistência	177	0,80
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,05
Total sem resolução do mérito	416	1,89
Decisões de conhecimento	946	4,3
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	165	0,75
Decisões na fase de execução	53	0,24
Total	1.164	5,29

(fonte: e-Gestão)

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em outubro de 2018, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	6	0,27



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Conciliação em execução	6	0,27
*Encerramento de instrução	15	0,68
Inicial	31	1,40
Inicial (rito sumaríssimo)	1	0,04
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	7	0,31
Instrução	31	1,40
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	0	0
Una (rito sumaríssimo)	47	2,13
Total	129	5,86

* Os Encerramentos de Instrução não são somados.

No mês de outubro de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 43 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 8 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 45 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas ou 10h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 450 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
	1.855	1.873
Processos recebidos		
Média por dia útil	8,39	8,51
Processos remanescentes do ano anterior	437	572
	8	7
Sentenças anuladas		
Total de processos para solução	2.300	2.452
	1.739	1.964
Processos solucionados		
Processos conciliados	968	1.018
Produção	75,60%	80,09%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 0,97% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve um aumento de 4,49%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Para melhoria no índice do MGD, na página da Gestão Estratégica, no endereço <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf>, é possível verificar as medidas necessárias.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Perfil da Vara do Trabalho		Lavras - 01ª Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	2º trim 2018 01/07/2017 a 30/06/2018	3º trim 2018 01/10/2017 a 30/09/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	1077,90	1086,46	1065,54	1161,02
	2 – Pendentes (processos)	2.348	2.304	1.965	1.797
	3 – Prazo (dias corridos)	838,04	837,69	915,10	800,81
	4 – Taxa de conciliação (%)	51,81	51,51	52,41	50,90
	5 – Taxa de solução (%)	104,86	115,59	115,66	125,63
	6 – TC Conhecimento (%)	24,68	23,15	20,66	14,42
	7 – TC Liquidação (%)	27,30	30,00	25,40	30,39
	8 – TC Execução (%)	41,34	42,42	35,53	34,07
	9 – TC Incidentes (%)	13,65	9,11	4,02	6,48
Meso	1 – Acervo	0,24	0,23	0,18	0,19
	2 – Celeridade	0,36	0,34	0,32	0,26
	3 – Produção	0,31	0,15	0,24	0,36
	4 – Repesamento processual	0,14	0,20	0,14	0,11
Macro	Índice de Produtividade	0,33	0,27	0,21	0,15
	MGD	0,38	0,33	0,26	0,20
Posição MGD		28	26	21	24
Força de trabalho		1,14	1,15	1,16	1,16
Movimentação processual		1.501 a 2.000			

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.964.045,63	R\$289.145,4

7. **PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 03/2010, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e 01/2015, que trata do acautelamento de documentos em Secretaria em processos do Pje.

8. **BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue ao Secretário da Vara nesta data.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) cumprida a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, “estando à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestação atendimento nas varas, bem assim aquelas em que se encontram fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram integralmente observadas.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 114,35% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 139,10%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 140,51%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 113,95% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 112,70%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,03%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,75% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 57,64%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,71%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 120,26% de cumprimento da meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 148,93%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,23%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 87,06%

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 97,25%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 111 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 75,43% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o tempo médio alcançado foi de 117,98 dias, sendo o resultado para o mesmo período 215,7 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser




**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**


exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.


A Correição Ordinária é encerrada às 13h30min do dia vinte e sete de novembro de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juíza do Trabalho Substituta e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.



Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região



Camila César Correa
Juíza do Trabalho Substituta



Geraldo Martins Diniz
Secretário da Vara do Trabalho